

ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO NA DIOCESE DE LIMOEIRO DO NORTE

Olívia Bruna de Lima Nunes*

Resumo: O catolicismo está presente no Brasil desde o período colonial, quando os metropolitanos procuraram transplantar para a América Portuguesa, todo um conjunto de crenças e costumes, atuando como um importante aliado no processo de conversão dos primeiros habitantes. E nessa longa trajetória, faz-se necessário mencionar um importante marco, que foi a Romanização, processo este que intencionou a implantação de uma Igreja hierárquica, piramidal, um catolicismo diretamente vinculado à Roma, assegurando a Cúria como sendo a orientadora das práticas religiosas. Acrescenta-se ainda o fato de os sacerdotes serem considerados enviados de Deus para preparar o homem para a vida eterna; o celebrante era tido como o personagem central do ritual eucarístico, o mediador entre o fiel e o santo de devoção, com o qual não se poderia manter um contato direto. Para uma melhor compreensão deste processo, o texto em questão aborda o crescimento institucional da Igreja Católica na cidade de Limoeiro do Norte, o que se dá no contexto de implantação do catolicismo romanizado, a partir da instalação da Diocese da referida cidade, entre fins da década de 1930 e início de 1940, sendo necessário referenciar a campanha realizada pela disputa da sede do Bispado entre as cidades de Limoeiro do Norte e Russas. Para tanto, analisamos um Documento da Campanha Pró-Criação da Diocese de Limoeiro do Norte, salvaguardado no acervo do Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte – ADLN, assim como, recorreremos à bibliografia que discute este assunto. Os relatos orais, por sua vez, nos fornecem elementos para pensar este catolicismo romanizado e hierárquico no qual, Monsenhor Otávio, juntamente com Dom Aureliano Matos, dispunham de um papel de destaque, por serem os “mediadores” entre o povo e o Sagrado.

Palavras-Chave: Romanização – Limoeiro do Norte- Diocese

ROMANIZATION OF CATHOLICISM IN THE DIOCESE OF LIMOEIRO DO NORTE

* Universidade Estadual do Ceará (UECE) / Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM).
Graduanda em História, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).
Olviabruna22@hotmail.com

Abstract: Catholicism has been present in Brazil since colonial times, when the metropolitan ones tried to transplant for Portuguese America, a whole set of beliefs and customs, acting as an important ally in the process of conversion of the first inhabitants. In this long journey, it's necessary to mention a major milestone, that was the Romanization, process that purposed the implementation of a hierarchical church, pyramidal, Catholicism directly linked to Rome, ensuring the Curia as the guiding of the religious practices. Besides, the priests were considered true middlemen between God and the men; the central character of the Eucharistic ritual, the mediator among the faithful and the devotion saint, with which it couldn't maintain a direct contact. For a better understanding of this process, the text in subject approaches the institutional growth of the Catholic Church in the city of Limoeiro do Norte, what occurs in the context of implementation of Romanized Catholicism, starting from the installation of the Diocese of the referred city, between ends of the decade of 1930 and beginning of 1940, being necessary to detach the campaign accomplished by the dispute of the headquarters of the Bishopric among the cities of Limoeiro do Norte and Russas. Through the analysis of a document containing the narrative of the Campaign Pró-Criação of the Diocese of Limoeiro do Norte, safeguarded in the collection of the File of the Diocese of Limoeiro do Norte - ADLN, as well as we turn to the bibliography that discusses this topic. Oral reports, in turn, gives us elements to think about this hierarchical Catholicism and Romanized, in which Monsignor Otávio together with D. Aureliano Matos, they had a prominence paper for they be the "mediators" between the people and the Sacred.

Keywords: Romanization - Limoeiro do Norte – Diocese

Apresentação

Sabemos que o passado encontra-se imbricado em nós, visto que somos agente históricos-sociais em constante mudança, sempre produzindo e transmitindo bens materiais, imateriais, valores e práticas, e dentre estas, a prática religiosa. Em linhas gerais, podemos entender a Religião como um conjunto de ritos e doutrinas institucionalizadas, com vistas a promover um canal de ligação entre o Homem, a criatura, o profano, e Deus, o Criador, o sagrado.

Assim sendo, o Catolicismo, religião institucional, por tratar-se de uma criação humana, sempre estará em consonância com os interesses dos homens, mas nem por isso pode ser encarada com julgamentos ou estereótipos. Sua investigação histórica deve, antes de tudo, possibilitar a

construção de uma análise que leve em conta toda a complexidade da instituição, pois a Igreja Católica não é uma realidade uniforme, nem mesmo algo petrificado, haja vista suas atividades e direcionamentos estarem em constantes modificações, se adequando sempre aos princípios do clero, de seus representantes, bem como, e sobretudo, as conjunturas sócio, política e cultural.

Como nos fala Severino Vicente da Silva (2008.p.74), *as Igrejas são espaços de organização das religiosidades, das maneiras de viver as relações com o divino, e são também, conjunturas nas sociedades, são adaptações construídas temporalmente*. Estas adaptações se dão, em suma, por intermédio de concílios ecumênicos que ocorrem desde o início do cristianismo¹.

1. Padroado Régio à Romanização: aspectos da Igreja Brasileira

O Brasil, desde o início do processo de colonização, teve institucionalizado o catolicismo que, por meio da Coroa Portuguesa, procurou converter, aos valores europeus, pelas vias da coerção, os povos indígenas, primeiros habitantes das tidas e ditas novas terras. Os metropolitanos procuraram transplantar para a Colônia, todo um sistema religioso marcado por um conjunto de liturgias, crenças e costumes, emblemas do catolicismo tradicional.

Não obstante sua institucionalização, as atividades eclesiásticas estiveram, durante o período colonial, sob o controle do Estado Português, substituído pelo Estado brasileiro após sua emancipação política em 1822. Assim, percebe-se que havia uma estreita relação entre a Igreja e o Estado no Brasil, fortalecida pelo Padroado Régio², espécie de acordo que foi estabelecido pela coroa portuguesa na colônia brasileira antes da ocorrência do Concílio de Trento (1545 e 1564), século XVI.

Compreendido como uma reação ao movimento da reforma religiosa, concebida pela contestação dos dogmas da fé cristã da tradição romana, o Concílio de Trento representou uma espécie de contra-ataque à Reforma Protestante liderada pelo monge agostiniano Martinho Lutero,

¹Concílio é um evento que reúne os Bispos de todo o mundo sob a convocação do Papa, no qual se discute a garantia da promoção e defesa da fé da Igreja. O número de Concílios da Cristandade soma um total de 21 já realizados, sendo eles: Nicéia (325), Constantinopla I (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553), Constantinopla III (680-681), Niceia II (787), Constantinopla IV (869-870), Latrão I (1123), Latrão II (1139), Latrão III (1179), Latrão IV (1215), Lyon I (1245), Lyon II (1274), Viena-França (1311-312), Constança (1414-1418), Basileia-Ferrara-Florença (1437-1442), Latrão V (1512-1517), Trento (1545-1563), Vaticano I (1869-1870), Vaticano II (1962-1965).

² Este foi estabelecido no Brasil Colônia antes mesmo da ocorrência do Concílio de Trento. Deste modo, os decretos tridentinos acabavam por não serem postos em prática, afinal, as determinações vindas de Roma só teriam validade após o reconhecimento do monarca metropolitano.

um dos reformistas de maior destaque, o qual julgava as verdades absolutas, vividas por meio dos rituais, como incondizentes com o que concebia como sendo a real Revelação.

A Igreja, por sua vez, reagiu reafirmando a validade daqueles dogmas postos em discussão pelo movimento reformista, especialmente os que envolviam os sacramentos. Neste contexto, o Concílio de Trento colocou a Eucaristia como aspecto central do culto, no qual se consagrava o pão em corpo de Cristo, garantindo notoriedade ao presidente da assembleia, o sacerdote, divergindo do culto reformado, no qual há maior participação popular, centralizando-se, o mesmo, na palavra bíblica.

A partir de então, passou a vigorar na Europa, o chamado catolicismo renovado, o que vem chegar tardiamente no Brasil, mais precisamente em fins do século XIX, já no período republicano, isso porque, de acordo com Wernet (1987, apud Andrade 2002, p. 18), o Padroado Régio estabeleceu *uma forte ligação com o poder político. Tanto no Brasil como em Portugal, este poder foi exercido em nome da religião, cujos monarcas foram efetivamente os chefes da Igreja, e não o Papa, figura obscurecida e distante*, o que promoveu o distanciamento em relação à Cúria Romana, tornando a prática católica brasileira mais voltada para a família, permeando a vivência cotidiana e as práticas de sociabilidade, especialmente nas áreas rurais³.

Em relação a isso, pode-se fazer referência à recorrência dos fieis aos céus para que seus problemas fossem solucionados, seus sofrimentos fossem amenizados. Conforme Kênia Souza Rios (2001, p.64), *as vivências religiosas eram constituídas, sobretudo por um relacionamento com o sagrado sem a mediação dos sacerdotes, ou seja, eram compostas por uma tessitura de ligação com o santo protetor, diante do qual eram realizados os pedidos, os agradecimentos e as orações*.

Muito embora já se percebesse o avanço do cientificismo entre a elite intelectualizada, a massa de populares ainda vivenciava sua fé de modo tradicional, indiferentes à polarização razão versus religião. Além do mais, era notória a insuficiência da estrutura eclesiástica no país para atender as necessidades espirituais, seja por suas dimensões territoriais, seja por sua crescente população (NETO, 2011, p.197).

Os sacerdotes, por seu turno, eram, em boa medida, funcionários do Estado, divergindo do modelo eclesial tridentino, o qual estabelecia que toda a vida católica devia ser centralizada na figura dos clérigos, encarregados oficiais da pregação da doutrina católica e da administração dos sacramentos com ênfase na confissão e comunhão (AZZI, 2008, p.36).

³ São marcas do catolicismo rural, por assim dizer, a crença nos milagres atribuídos aos poderes dos santos de devoção, assim como a edificação de espaços sagrados, como capelas, Igrejas, entre outros

Tal situação gerava a necessidade de um maior número de sacerdotes em meio à população, o que, de certa forma, fora possibilitado com a criação de Dioceses sob a administração de bispos reformadores, mecanismo eficaz para a implantação do ultramontanismo. Para compreender o sentido deste termo, faz-se necessário conhecer as circunstâncias sob as quais ele se formou.

2. Um projeto de centralização da Igreja: O Ultramontanismo

Inicialmente, é importante chamar atenção para os pontificados de Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903-1914), quando o mundo europeu despertava para novos hábitos e valores modernos, decorrentes do intenso desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo. A sociedade vinha se tornando, cada vez mais, adepta do racionalismo, do liberalismo, do cientificismo e industrialismo,⁴ que defendiam o fim das crenças religiosas e a extinção do poder, mesmo que simbólico, da instituição católica, o que se acentuou com a laicização de muitas Repúblicas europeias.

O aprofundamento deste processo recebeu o nome de secularização, no qual a Igreja foi levada a se afastar tanto dos serviços públicos do Estado, a exemplo da educação, como, também, das obrigações do cenário social, já que o mesmo adotou, como sendo prerrogativa dos cartórios, os registros oficiais de nascimento e óbito, de posse de terra e casamento civil.

Assim, o que se observa é uma progressiva emancipação de importantes parcelas da sociedade, em relação aos predicados católicos, e, a conseqüente dessacralização das relações entre os homens, que segundo Ivan Aparecido Manoel, amedrontava a Cúria Romana devido à

[...] possibilidade de o homem conseguir independência em relação ao predomínio político e cultural imposto por ela à sociedade durante séculos. Um raciocínio fundamentado em bases experimentalistas, livre do formalismo escolástico, permitiria não apenas um avanço em relação ao conhecimento e domínio da natureza, como poderia levar a um questionamento aos dogmas impostos pela hierarquia católica (2008, p.48).

O papa Pio IX incomodava-se, por um lado, com a possibilidade de o homem se relacionar, de modo diferenciado, com a natureza e com o divino através do contato com as ideologias modernas, e, por outro, preocupava-se com a noção de razão isenta de fé, principalmente com a supremacia da primeira sobre a segunda, o que corroeria a posição de destaque da Igreja na sociedade, e,

⁴ Ambos, valores e princípios modernos.

consequentemente, seu poder de decidir o que é certo e errado e de interpretar “corretamente” a palavra divina. Por esta razão, surgiu a necessidade de agir no sentido de impedir a disseminação de ideias contraditórias à sua doutrina, bem como dificultar a absorção das ideias produzidas pelo mundo moderno, o que resultou numa reação que ficou conhecida como reforma ultramontana (1849).

Em síntese, pode-se dizer que o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando a sua própria sobrevivência (MANOEL, 2008, pp.45-46).

Foi, portanto, uma reação da Igreja à sociedade pautada nos princípios do liberalismo, uma resposta à modernidade produzida pelo capitalismo efetivado pelas duas grandes Revoluções europeias do século XVIII, a Industrial (século XVII) e a Francesa (1789). Seria, por assim dizer, a re-cristianização do mundo que havia sido dessacralizado com a burguesia capitalista e a implantação do Tempo do relógio, a tentativa de recuperação da posição de destaque outrora ocupada pelo catolicismo na sociedade.

Foi justamente na questão, acima apresentada, que o conflito entre o mundo moderno e a Igreja Católica deu-se de modo mais ostensivo, sendo o Concílio Vaticano I (1869-1870) uma reforma que veio a fortalecer e garantir à Igreja, enquanto instituição, um modelo de organização hierárquica, a fim manter o controle da doutrina, da fé e da educação do clero e do laicato.

O estabelecimento da infalibilidade papal, por meio de Pio IX, correspondeu a uma resposta aos valores modernos, por estes confrontarem o pensamento religioso. Com isso, a cúria Romana investiu na rigidez de sua hierarquia como forma de manutenção da fé, reagindo aos movimentos leigos contestatórios e, por conseguinte, dotando os pontífices da liderança do movimento contrário aos novos valores da sociedade. Ressalta-se ainda a centralidade do rito de Pio V, a consagração da hóstia sagrada, símbolo da prática católica e representação visual da fé.

O Concílio Vaticano I tratou-se, portanto, de uma movimentação da Igreja com vistas à centralização do catolicismo no mundo, a reafirmação daquilo que já havia sido traçado no Concílio de Trento, sendo assim, uma reação aos paradigmas modernos, bem como, de certo modo, um projeto que se esforçou em combater o catolicismo popular, fortemente presente no Brasil de fins do século XIX, o qual ainda resiste nos dias atuais.

Conforme Edwilson Soares Freire, no Brasil, “esse movimento seria responsável por apagar o padroado, longamente sedimentado por Portugal, e impor a obediência à hierarquia eclesiástica, ou seja, centralizar, agregar vertentes dispersas de se praticar a religião [...] e conceder ao papa uma posição de suprema autoridade. Assim, esse modelo de Igreja se implantava de cima para baixo” (2010, p. 33). Isso foi a romanização, que pretendia implantar uma Igreja hierárquica, piramidal, um catolicismo romanizado, diretamente vinculado à Roma, no qual o fiel deve aceitar a centralidade da Cúria como sendo a orientadora das práticas religiosas.

O clericalismo também fora um aspecto de relevância neste processo. Consiste na primazia do clero sobre os leigos, o que fora intensificado no Brasil, a partir do século XIX, quando congregações do clero regular assumem o papel de prender o catolicismo brasileiro à hierarquia eclesiástica.

Há que se destacar, ainda, o aspecto sacramental, pelo qual a prática dos sacramentos, especialmente o culto eucarístico, se sobrepõe às devoções e festas dos santos, o que teve lugar central durante o período colonial brasileiro, bem como, ainda hoje, encontramos reminiscências. Com isso, podemos, portanto, concluir, de acordo com Maurício Aquino, que o processo de romanização corroborou com a efetivação de

profundas mudanças no catolicismo praticado no Brasil, principalmente, mas não só, em seu aspecto institucional. Apontaria para uma inserção da estrutura hierárquica da Igreja Católica do Brasil na estrutura burocrática da Santa Sé. Essa inflexão levaria a uma clericalização e sacramentalização das práticas religiosas do catolicismo no Brasil sem precedentes, em substituição ao caráter laico, festeiro, regalista e devocional do catolicismo praticado até esse movimento que teria se iniciado no século XIX, mas que se fortaleceu, de fato, a partir do fim do padroado, em 07 de janeiro de 1890 (2011, p. 2).

Incidu tanto sobre os aspectos institucionais, quanto sobre os aspectos culturais, ao tentar “substituir”⁵ o catolicismo devocional pelo sacramental e doutrinário, no qual os sacerdotes passaram a ter grande importância, pois considerados enviados de Deus para preparar o homem para a vida eterna. Era o celebrante o personagem central do ritual eucarístico, representando o mediador entre o fiel e o santo de devoção, com o qual não se poderia manter um contato direto. Cabe frisar que, devido os altos custos de manutenção, a fundação de dioceses no Brasil teve um número reduzido, o que, de certo modo, embargou a romanização do catolicismo brasileiro.

⁵ Coloco esta palavra entre aspas porque não podemos pensar que na história, um determinado modelo venha a suplantat/exterminar o outro modelo até então plenamente em vigência. Modelos distintos podem sim, conviverem, se intercruzarem.

Este processo, de acordo com Élio Cantalício Serpa (2008), só vem a ocorrer a partir da presença de missões populares e padres lazaristas pelo país, e, também, a partir da instalação dos colégios e seminários de Mariana e do Caraça de Campo Belo, Minas Gerais, espaços responsáveis pela formação sacerdotal de novos padres. Neste último seminário, tornou-se padre D. Luiz Antônio dos Santos, primeiro Bispo da Diocese do Ceará, fundada em 1860, o que marca o início do processo de Romanização da referida província.

À frente do novo bispado, D. Luiz Antônio, preocupado com a formação de novos clérigos, funda um Seminário Diocesano, em 1863, dirigido pelos lazaristas, e um colégio dirigido pelas filhas de São Vicente de Paulo. Desse modo, podemos concordar com Pinheiro (1995, p.85) ao afirmar que

a romanização no Brasil esboçou-se a partir da segunda metade do século XIX, quando na Europa já se vivenciava o desejo de construção de uma Igreja Universal, tendo à frente o Papa Pio IX, que defendia a adesão aos princípios de uma Igreja fortemente centralizadora e a exigia dos seus subordinados.

Foi também na segunda metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1889, que a Igreja Católica no Brasil sofreu um duro golpe: tratava-se do início de um novo regime político, a República, o Estado liberal, marcado pelos ideais do cientificismo, do positivismo, do protestantismo e da maçonaria, os mesmos ideais modernos que motivaram a Igreja, em nível mundial, a mover-se no sentido de não perder sua influência e papel de destaque na sociedade. Com a separação entre Estado e Igreja, decretou-se, também, o fim do Padroado Régio, garantindo a liberdade de religião, responsabilizando o poder público de obrigações que, até então, eram eclesiásticas, como por exemplo, os já citados registros oficiais civis.

Há, ainda, que se acrescentar que essa separação entre o Estado e a Igreja retirou do governo o compromisso de financiar a Instituição Católica, o que foi efetivamente, o golpe mais violento desferido pelo Estado Liberal em relação à Igreja, retirando sua base material, entregando-a a sua própria sorte num país em que, desde a sua implantação, ela era mantida basicamente com recursos do Estado (PINHEIRO, 1995, p. 204). A partir deste momento, a criação de novas dioceses no país ficou a cargo da Sé Romana, o que levou à maior hierarquização da Instituição Católica que, a partir daquele final de século, passava a estar diretamente ligada à Roma, fato que acabou por impulsionar o então embargado processo de romanização.

3. Limoeiro e sua Igreja

O crescimento institucional da Igreja Católica, de alguma maneira, estava associado à criação de novas dioceses. Contudo, sem o subsídio financeiro do Estado, após o fim do Padroado Régio, cabia, à própria Igreja, amparada nos investimentos feitos pelas sociedades locais, articuladas a partir das chamadas comissões pró-diocese, dar curso ao processo de expansão da instituição católica. Segundo Aquino (2011, p. 8), a articulação entre o clero local e a elite política e econômica da cidade/município, candidato à sede do novo bispado, representava a força para reunir a quantia em dinheiro exigida por Roma para a instalação de uma nova diocese. Além da soma em dinheiro, equivalente, na época, entre cem e cento e cinquenta contos de réis, exigia-se, também, a construção

[...] de prédios para a futura catedral e o palácio episcopal. Essas comissões geralmente eram presididas pelo pároco da futura catedral ou cidade candidata a sediar a nova circunscrição eclesiástica. O pároco geralmente convidava as pessoas mais poderosas, política e economicamente, para compor a comissão, antecipando assim possíveis doações e articulações políticas. Para os líderes locais ou para os que pretendiam ascender a tal condição, a participação nessas comissões e o desfecho favorável poderiam resultar em maior prestígio e legitimação social.

Dentro dessa mesma conjuntura, podemos observar, no Vale do Jaguaribe, no decorrer da década de 1930, a disputa, não apenas religiosa, mas, também, política, na qual uma série de interesses passou a mobilizar o clero e as elites locais.

a campanha pró-criação da Diocese de Limoeiro do Norte começou, em 1936, pouco tempo depois da visita pastoral que Dom Manoel da Silva Gomes, Arcebispo de Fortaleza, fez a essa paróquia. Convidamos para visitar as obras do prédio em construção da futura Escola Normal Rural; o Senhor Arcebispo, nessa ocasião, foi sondado por alguém sobre a possibilidade da criação da Diocese Jaguaribana, com sede em Limoeiro, ao que ele respondeu: “QUEM SABE?”⁶

No Ceará, no ano de 1936, havia, apenas, a Arquidiocese de Fortaleza e as Dioceses do Crato e de Sobral. Tal realidade ensejou, no então Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, o interesse por criar uma Diocese na Região Jaguaribana, desejo este, declarado quando de sua visita à Russas e a Aracati, cidades que entrariam na disputa para sediar o bispado. O critério definidor seria a arrecadação de um montante de duzentos contos de réis.

Cabe destacar que, muito embora a cidade de Limoeiro tenha, anteriormente, sido visitada, na ocasião, o Arcebispo não tocara no assunto da Diocese. Ao tomarem conhecimento da notícia, representantes da elite limoeirense empreenderam uma corrida para organização da Comissão pró-

⁶ Documento encontrado no acervo do Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte - ADLN.

Bispado⁷ objetivando convencer Dom Manoel a permitir que Limoeiro pudesse concorrer com as outras duas cidades, Aracati e Russas.

Sabendo que Aracati, caso se interessasse, seria, certamente, a preferida, a Comissão, em prol da candidatura de Limoeiro, agiu no sentido de arrecadar parte do montante necessário entre a população, cerca de cem contos de réis, enquanto os outros cem contos restantes seriam obtidos por meio do então Interventor do Estado, Francisco Menezes Pimentel. Em conformidade com o documento, a Comissão buscou ajuda junto a Raimundo Araripe, o prefeito da capital, para conseguir a planta do palácio para o Bispo, o que tinha a intenção de sensibilizar Dom Manoel da Silva, o que de fato, ocorreu:

tempos depois, Dom Manoel da Silva Gomes telegrafa a Limoeiro, dizendo que a nunciatura se decidira pela sede da nova Diocese, em Limoeiro estava ganha a batalha: Limoeiro escolhida para ser a sede do 4º Bispado do Ceará. A Diocese foi criada pelo papa Pio XI, pela Bula Ad Dominicum, de 07 de maio de 1938.

Quarta Diocese do Ceará, e a terceira do interior do Estado, a Diocese de Limoeiro fora, juridicamente, instalada em 29 de Setembro de 1938, período em que Mons. Otávio de Alencar Santiago era o pároco da referida cidade.

A Diocese foi um grande empreendimento das elites políticas locais, foi um “ganho”. Podemos conjecturar que era um sonho da elite transformar a localidade em uma cidade grande [...]. Os componentes que integravam a Comissão sabiam que com a presença da Diocese despontaria uma série de empreendimentos urbanos e de vantagens para Limoeiro (CHAVES, 2011, p. 25)

Em entrevista concedida ao Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC, da Universidade Federal do Ceará - UFC, em 21 de março de 1984, Franklin Chaves, vereador em Limoeiro na época da disputa pelo novo bispado, argumentou que uma das vantagens de sediar o bispado era a arrecadação de recursos das demais cidades ou, como o mesmo se referiu, a “bandejinha” que, por assim dizer, corria, de cada uma das cidades pertencentes à Diocese, para a cidade sede da mesma, no caso Limoeiro. Não podemos perder de vista, também, que a conquista do bispado representou o peso do poder político, na medida em que referendou a influencia daqueles que estiveram à frente da comissão empenhada na disputa.

Meton Maia e Silva, assim relatou o início do processo de organização do bispado:

⁷ De acordo com o documento pesquisado, a referida comissão fora composta por Hecílio Costa, Gaudêncio Ferreira de Freitas, Custódio Saraiva de Menezes e Odilon Odílio Silva.

“em 26 de outubro de 1938, foi nomeado pároco de Limoeiro do Norte e Vigário Geral do novo bispado, o Pe. Otávio de Alencar Santiago. Tomou posse do novo bispado, digo, empossou-se, a 14 de novembro seguinte. Esse sacerdote e seu cooperador, Pe. Mizael Alves de Souza, foram organizadores do patrimônio do bispado. Por procuração de Dom Aureliano, bispo eleito, o Pe. Otávio de Alencar Santiago tomou posse do bispado a 25 de agosto de 1940, data em que também foi confirmado o posto de Vigário geral” (LIMA, 1997, pág.368).

A partir da instalação da Diocese, Monsenhor Otávio, juntamente com Dom Aureliano Matos, passou a figurar na cidade de Limoeiro como membros da Igreja clerical, expressão do Catolicismo Romanizado, no qual o sacerdote tem papel de destaque.

Dom Aureliano, por exemplo, ganha notoriedade entre a população como tendo sido impulsionador do desenvolvimento da cidade, como podemos verificar no depoimento do senhor José Regis:

O padre naquela época, você viu, graça a Deus, o poder que teve Dom Aureliano Matos, pra construir, pra mudar, pra modificar a cidade. Ela passou, com a instalação da Diocese, houve uma evolução muito grande no município de Limoeiro, com tantas coisas que ele defendia: o seminário, o Colégio Diocesano, Patronato, tanta coisa aí de Dom Aureliano. Depois a Faculdade... Foi um crescimento muito grande da cidade com Dom Aureliano⁸.

Em seu relato, José Regis expressa elementos que, de maneira geral, povoam a memória coletiva da população de Limoeiro do Norte em relação à Dom Aureliano Matos. Entre outros elementos, destaca a grande “importância” e influência que tivera o Bispo na construção e aquisição de símbolos da modernidade, contando com o apoio financeiro da elite local. Contudo, é importante não perder de vista que, para além dos aspectos puramente materiais, era de extrema necessidade cuidar e preservar a moral cristã da cidade, afinal de contas, a Diocese era a efetiva e presença da hierarquia católica.

Neste sentido, Monsenhor Otávio fora o incumbido de exercer tal tarefa, visto que sua chegada a Limoeiro se deu anteriormente a do Bispo Aureliano, em 1938. Tal “missão” garantiu ao Monsenhor Otávio a fama de ser exaltado pela forte tendência moralizadora expressa tanto em seus discursos, quanto em suas ações:

No caso de monsenhor Otávio, era um sermão nervoso, brigando com todo mundo, era como que se fosse um discurso muito parecido com o discurso

⁸ Trecho da entrevista concedida pelo senhor José Silvestre da Costa Regis, conhecido como seu Zé Regis, no dia 21 de setembro de 2013. Nascido em 25 de abril de 1937, encontrando-se atualmente com 77 anos, tendo morado, por longo período, na zona rural de Limoeiro do Norte, no Sítio Sapé. Casado com Suzana de Freitas Regis, aposentado, hoje, reside na Rua Vieira de Melo, no bairro João XXIII.

*político. Era uma brigalhada, ele começava falando baixo e ia se exaltando, se exaltando, e terminava um discurso medonho, emendando uma palavra na outra... Ele era considerado uma autoridade muito importante, porque Monsenhor Otávio, o pároco, era o braço direito de Dom Aureliano Matos, aí, tinha muito poder e tudo*⁹.

Essa exaltação tão ressaltada é o reflexo da autoridade e influência de que dispunham os sacerdotes sob a população da época. Considerados como mediadores entre Deus e os homens, o pároco era detentor de relativo prestígio, até mesmo divino, perante a população, o que torna compreensível o intenso desejo de Monsenhor Otávio por moralizar a sociedade, reprimindo tudo que fosse contra os princípios da honra e da moral cristã. Com isso, a vigilância e a disciplinarização deveriam ser severas e permanentes. Seu principal alvo era o corpo dos fieis, especialmente o corpo feminino (ANDRADE, 2004, p. 46).

Essa figura emblemática, além de tentar exercer o controle da população em seus sermões exaltados, preocupava-se, sobretudo, com a moralização que deveria incidir sobre as mulheres, principalmente no tocante à maneira como estas deveriam se apresentar no momento da comunhão, ou seja, com vestes adequadas e uso da mantilha, acessório indispensável, uma espécie de véu utilizado para cobrir a cabeça durante o ato do recebimento da Hóstia consagrada. Dona Suzana relata que,

*naquela época só se comungava com o véu, com mantilha, com a cabeça cuberta. Você num comungava com a cabeça descoberta não! Olha, gente que num butava esse véu, a matilha, como chamavam, quando chegava lá atrás dava a outra para a outra ir. Para se confessar, para comungar tinha que ser com esse véu na cabeça*¹⁰.

De acordo com o fragmento de memória acima citado, mesmo não dispondo da mantilha, elemento indispensável no ato de alguns ritos, as mulheres que não os tinha, aguardava, no fim da fila, que conduzia os fieis para a comunhão, para que pudesse tomar de empréstimo de alguma amiga o acessório exigido. Mas, isso não era tudo. Na tentativa de impor às mulheres um comportamento cristão, recatado, monsenhor Otávio, qualificado por dona Mirosa como “valente”, “enjoado” e “bravo”, por ocasião das Missas, assumia posição enérgica diante das mulheres que não se apresentavam de maneira adequada no e para o culto cristão.

⁹ Trecho da entrevista concedida pelo senhor José Silvestre da Costa Regis.

¹⁰ Trecho da entrevista concedida pela senhora Suzana de Freitas Regis, no dia 21 de setembro de 2013. Nascida em 15 de fevereiro de 1948, encontra-se com 66 anos. Casada com José Silvestre da Costa Regis, aposentada, residente na Rua Vieira de Melo, no bairro João XXIII tendo morado, por longo período, na zona rural de Limoeiro do Norte, no Sítio Sapé.

Ele botava para fora da Igreja. Manga aqui, ou manga aqui [indica no próprio braço, o cumprimento das mangas não toleradas pelo Monsenhor] ele num deixava assistir não. Monsenhor Otavio, não! Monsenhor mesmo, que era o vigário geral, ele não deixava assistir. Ele ficava antes da missa, ele dava uma volta na igreja todinha e quem tivesse de vestido sem manga ele botava pra fora. [Eu] já ia com cuidado que era pra num ser butada pra fora!¹¹

O corpo feminino consistiu num alvo de vigilância por parte do pároco da cidade. Sua atitude de expulsar mostra-se como uma punição, ao mesmo instante que representava exemplo para todas as outras mulheres ali presentes, de modo que viessem a temer que o mesmo lhes acontecesse. Exemplo acolhido pela depoente acima referida, à qual temia ser chamada atenção ameaçador sacerdote.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Lucelia de. **Nuanças de um Ritual de Fé: As Procissões Católicas em Limoeiro do Norte (1940-1980)**. Monografia – Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte. 2004.

AQUINO, Maurício de. Romanização, historiografia e tensões sociais: o Catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). V. 8, **Revista de História e Estudos Culturais**, 2001.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na Sociedade Brasileira e formação da Diocese no período Republicano. In: OTTO, Clárcia; SOUZA, Rogério Luiz de. **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

CHAVES, Cintya. “**DE DEUS AOS HOMENS: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954**”. Monografia – Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte. 2011.

FREIRE, Edwilson Soares. **Arautos do catolicismo: História e religião nas vozes de cinco bispos da Diocese de Limoeiro do Norte/CE (1940-2010)**. Fortaleza: Lux Print, 2010.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na Ribeira do Rio das Onças**. Fortaleza- CE: Assis Almeida, 1997.

¹¹ Trecho da entrevista concedida pela senhora Raimunda Costa Filha, conhecida por Miroso, em 23 de setembro de 2013. Nasceu em 11 de novembro de 1946, estando hoje com 68 anos. Solteira, aposentada e residente na Rua Tenente Sebastião, no Bairro Pitombeira.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de Paróquias e Dioceses no Brasil no Contexto das Reformas Ultramontanas e da Ação Católica. In: OTTO, Clarícia; SOUZA, Rogério Luiz de. **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido. Historia, Religião e Religiosidade. IN: **Revista Brasileira de Historia das Religiões** – Ano I, nº1 – Dossiê Identidades Religiosas e Historia. P. 18-33, 2008

NETO, Marcelo de Sousa. Em nome da fé; em nome dos bens: a criação da Diocese do Piauí (1822-1903). IN: **Revista Brasileira de Historia das Religiões**. ANPHU, Ano IV, nº10, 2011. P. 196-214.

PIERRAD, Pierre. **História da Igreja**. Tradução de Álvaro Cunha; Revisão de Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PINHEIRO, Francisco José. O processo de Romanização no Ceará. IN: SOUZA, Simone (coord.), **História do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

RIOS, Kênia Souza. **Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult- CE, 2001.

SERPA, Élio Cantalício. Igreja e poder na Primeira República. In: OTTO, Clarícia; SOUZA, Rogério Luiz de. **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.

SOUZA, Rogério Luiz. A Igreja Católica no processo de Nacionalização. In: OTTO, Clarícia; SOUZA, Rogério Luiz de. **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2008.